

## Cotação

- Dólar: R\$ 5,57
- Euro: R\$ 6,34



**COMUNICAÇÃO**  
**CARAGUATATUBA**  
GOVERNO MUNICIPAL  
TEMPO DE PROSPERIDADE

Segunda-feira • 9 de Junho de 2025

# CLIPPING

## Efemérides

Hoje	10 de Junho
<ul style="list-style-type: none"><li>• Dia da Imunização</li><li>• Dia do Porteiro</li><li>• Dia do Tenista</li><li>• Dia Nacional de Anchieta</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dia da Artilharia</li><li>• Dia da Língua Portuguesa</li><li>• Dia da Raça Portuguesa</li></ul>

## Agenda do dia

Hoje	10 de Junho
<ul style="list-style-type: none"><li>• Sem Agenda</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sem Agenda</li></ul>

## Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Tamoios News • Radar Litoral • Portal R3 • Repórter Online Litoral • Fala Caragua • Litoral em Pauta • Diário Caiçara • Notícias das Praias • Jornal do Litoral • Ubatuba Times • G1 Vanguarda • TV Thathi • 012 News • Band Vale • Rock News Litoral • Boca no Trombone • Denuncie Aqui

## Índice

<b>Política.....</b>	<b>3</b>
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
<b>Cotidiano.....</b>	<b>12</b>
Parque Municipal do Juqueriquerê ganha cadeira especial para transporte nas trilhas de pessoas com deficiência.....	12
Caraguatatuba recebe 1º Encontro de Startups do Litoral Norte.....	13
Audições do Água Viva Coral para novos integrantes ocorrem na terça e quinta-feira... 14	
Prazo para execução dos projetos da Lei Paulo Gustavo é prorrogado em Caraguatatuba.....	15
Prefeitura de Caraguatatuba convoca 87 estagiários aprovados no processo seletivo 2025.....	16
ATENÇÃO, ESTUDANTES! Saiu a tão esperada convocação!.....	17
PAT Caraguatatuba abre inscrições para cursos gratuitos de Inglês e Espanhol voltados ao mercado de trabalho.....	18
ATENÇÃO, EMPRESAS DE CARAGUÁ!.....	19
Empresas com mais de 100 funcionários em Caraguatatuba podem agendar ações de vacinação no próprio local de trabalho!.....	20
<b>Geral.....</b>	<b>21</b>
Oito criminosos são presos por roubo em Caraguatatuba.....	21
Oito presos por roubo em Caraguatatuba.....	22
Incêndio atinge residência no bairro Travessão em Caraguatatuba.....	23
GCM prende homem por tráfico de drogas no Perequê Mirim, em Caraguatatuba.....	24
<b>Turismo e Esporte.....</b>	<b>25</b>
Torneio da Cidade de Futebol de Caraguatatuba chega as oitavas de final neste domingo (8).....	26
Circuito Mares retorna a Caraguatatuba com provas inéditas e programação gratuita neste fim de semana.....	27
Caraguatatuba será palco do Pan-Americano de Beach Tennis 2025.....	28
<b>Clipping Eletrônico.....</b>	<b>29</b>
Entrevista com a Vereadora, Dra. Lalá para TV Câmara.....	29

## Política

## Folha de São Paulo

# Bolsonaro pela 1ª vez responderá a questões de Moraes sobre trama golpista

Primeira Turma do Supremo inicia etapa de audiência com réus; ex-presidente também se encontrará com Mauro Cid após delação

Cézar Feitoza e Ana Pompeu

**BRASÍLIA** Depois de passar anos atacando o STF (Supremo Tribunal Federal), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deve se explicar pela primeira vez ao tribunal sobre sua participação na trama golpista de 2022.

Bolsonaro será questionado por Alexandre de Moraes. O ministro do STF foi alvo prioritário das ofensivas de Bolsonaro contra o tribunal. Agora, será o responsável por conduzir o processo que pode levar o ex-presidente à prisão.

A Primeira Turma do STF convocou sessões de segunda-feira (9) a sexta (13) para ouvir os oito réus do núcleo central da tentativa de golpe de Estado após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O início da etapa indica que o processo contra o principal grupo denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) se encaminha para o seu fim. O ritmo adotado por Moraes para a ação penal, com prazos curtos entre as etapas do processo, tem sido criticado pelas defesas dos réus.

O Supremo decidiu alterar a configuração do plenário da Primeira Turma para a fase de depoimento dos réus. O local será adaptado para parecer um tribunal do júri, com os acusados sentados lado a lado.

O ministro Alexandre de Moraes ficará sentado na tribuna principal, em cadeira tradicionalmente ocupada pelo presidente do colegiado. Uma fileira de cadeiras será incluída no plenário, entre os ministros e a plateia, para os réus ficarem sentados em ordem alfabética.

Será o primeiro encontro de Bolsonaro com o tenente-coronel Mauro Cid desde que o militar fechou um acordo de delação premiada com a Polícia Federal.

As revelações de Cid foram o fio condutor da denúncia da PGR. Foi ele quem confirmou aos investigadores, pela primeira vez, que Bolsonaro convocou os chefes militares para discutir planos para reverter o resultado das eleições.

À direita de Bolsonaro estará o general Augusto Heleno, ex-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e um dos ministros que esteve mais próximo do ex-presidente nos primeiros anos de mandato. À esquerda, o ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem vai ombrear o ex-presidente.

O primeiro réu a ser ouvido se-

rá Mauro Cid, ex-adjunto de ordens de Bolsonaro e delator. Os demais serão interrogados por ordem alfabética: Alexandre Ramagem (deputado federal e ex-chefe da Abin), Almir Garnier (ex-chefe da Marinha), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Jair Bolsonaro, Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e da Defesa).

Os depoimentos serão transmitidos ao vivo pela TV Justiça. As regras estipuladas por Moraes se diferenciam das normas estabelecidas para as oitivas das testemunhas, quando foram proibidas gravações de áudio e vídeo.

O ex-presidente Jair Bolsonaro anunciou na sexta (6) que pretende responder às perguntas em seu depoimento, sem recorrer ao silêncio. Ele pediu aos apoiadores que assistam à audiência — chamada por ele de “inquirição”.

“O que aconteceu em 2022 com toda certeza será falado por mim, quando ao vivo estiver no Supremo com cinco ministros na minha frente me cobrando, vale a pena assistir”, disse.

A maioria dos réus deve falar ao Supremo, segundo quatro advogados consultados pela Folha. A principal dúvida é quanto às condutas do ex-chefe da Marinha Almir Garnier Santos e do ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira. Os réus podem permanecer em silêncio para não criar provas contra si.

A defesa de Bolsonaro nega a participação do ex-presidente em crimes e argumenta, entre críticas à denúncia da PGR, que não há provas de ligação entre a suposta conspiração iniciada no Palácio do Planalto, em junho de 2021, e os atos de vandalismo de 8 de janeiro de 2023.

Bolsonaro e os demais réus foram denunciados por supostamente liderar um plano no fim de 2022 para evitar a posse de Lula à Presidência da República. Todos os oito respondem pelos crimes de golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado democrático de Direito, associação criminosa armada, dano qualificado ao patrimônio público e deterioração do patrimônio tombado.

As defesas reclamaram do pouco tempo dado por Moraes entre a fase de depoimento das testemunhas para a etapa de inquirição dos réus, apontando o grande volume de dados recebido da PF sobre a investigação.

## Entenda passos da ação da trama golpista no Supremo, dos interrogatórios ao julgamento



\* Moraes senta na cadeira à esquerda caso Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma, compareça à audiência  
\*\* Cármen Lúcia, Luiz Fux e Flávio Dino não têm obrigação de participar das audiências

• A Primeira Turma do STF marcou sessões desta segunda-feira (9) a sexta-feira (13) para ouvir os réus. Os acusados serão chamados por ordem alfabética para prestarem o depoimento — única exceção é de Mauro Cid, que será o primeiro a depor por ser colaborador do processo.

• O primeiro a fazer perguntas será o relator do processo, ministro Alexandre de Moraes. O próximo será Paulo Gonet, chefe da PGR. Por último, a defesa do acusado e dos demais corréus podem fazer questionamentos.

• Os réus devem participar de todas as audiências marcadas para a semana. O ex-presidente Jair Bolsonaro será o sexto a falar.

## Entenda o processo da trama golpista

### Interrogatório dos réus

• Com **início marcado para segunda-feira (9)**, o interrogatório dos oito acusados acontecerá presencialmente, com exceção de Braga Netto, preso preventivamente no Rio de Janeiro, que falará remotamente

• Em razão do acordo de delação premiada, o primeiro a falar será o ex-adjunto de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid. Depois dele, os demais réus falarão em ordem alfabética



\*participará por videoconferência com imagens transmitidas em dois telões dos lados da tribuna

### Diligências

• A depender dos fatos apurados durante os depoimentos, o regimento interno do STF prevê um **prazo de cinco dias** para acusação e defesa requererem a realização de diligências para produção de novas provas

• O pedido poderá ser aceito pelo relator, **Alexandre Moraes**, ou ordenado por ele

### Alegações finais

• Após o fim dos interrogatórios ou, se for caso, das diligências, Moraes deve intimar as partes para apresentarem alegações finais no **prazo de 15 dias**

• Esse tipo de manifestação traz um resumo dos fatos apurados até então e, geralmente, reafirma os pedidos de absolvição ou condenação formulados anteriormente

### Diligências, mais uma vez

• O relator poderá ainda, de ofício, ordenar novamente a produção de provas para sanar dúvidas não superadas anteriormente

• Nessa etapa, a realização das diligências depende unilateralmente do ministro Alexandre de Moraes

### Julgamento

• A partir do fim da instrução, Moraes deve formular um resumo do caso e preparar seu voto



• Como a ação penal da trama golpista tramita na Primeira Turma, cabe ao ministro **Cristiano Zanin**, presidente do órgão, marcar a data do julgamento

## Folha de São Paulo

# Bolsonaro disputa minuta de golpe com retórica

Ex-presidente admite conversa sobre alternativas após derrota, mas diz que atuava dentro da Constituição

**BOLSONARO NO BANCO DOS RÉUS**

Renata Galf

**SÃO PAULO** O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem buscado levar para a disputa de narrativas algumas das principais evidências que pesam contra ele no processo da trama golpista.

Denunciado sob acusação de ter procurado apoio dos comandantes das Forças Armadas a um decreto que instituiria um estado de exceção no país após ter sido derrotado nas eleições de 2022, o ex-mandatário acumula declarações públicas em que admite ter discutido algum tipo de alternativa no apagar das luzes de seu governo.

A tal fala, que para alguns pode soar como uma confissão, Bolsonaro adiciona, porém, que tudo que estudou estaria dentro das "quatro linhas". Diz ainda que nunca falou em "golpe".

Segundo a Constituição, no entanto, as alternativas citadas por Bolsonaro, como estado de sítio e de defesa, não servem ao propósito que movia o ex-presidente: o de insatisfação com o resultado das urnas, que deram a vitória a Lula (PT).

Estudiosa do chamado legalismo autoritário, a professora de direito da UFPR (Universidade Federal do Paraná) Heloisa Câmara aponta que, assim como ocorreu em outros momentos da história brasileira, Bolsonaro busca usar o direito como fonte de legitimidade para atos que são em si mesmo inconstitucionais. "Esse jogo do que é constitucional e do que é excepcional não é novidade na nossa história", diz ela, que relembra o fato de a pró-

pria ditadura militar ter se organizado a partir de uma base fortemente legalista.

"É uma retórica que serve para enfraquecer e para criar essa incerteza do que é jurídico, do que é estado de Direito, do que é um estado constitucional e do que não é", diz. "Uma eleição que foi vencida por um outro candidato e que se tenta utilizar qualquer mecanismo, seja constitucional ou infraconstitucional, para não fazer a sucessão do poder se enquadra num conceito clássico de golpe".

Enquanto Bolsonaro aposta parte de suas fichas no plano da disputa narrativa, sua defesa jurídica tem como foco, por outro lado, desacreditar parte das evidências e adota debate técnico sobre o enquadramento criminal de golpe de Estado.

Em peça protocolada no STF, sua equipe de advogados argumenta que, mesmo que fosse possível confiar nas palavras do delator Mauro Cid, a "suposta minuta do decreto" estaria numa etapa que não é punível: a de atos preparatórios. "[A suposta minuta] Não é ato capaz de ultrapassar o limite da preparação, jamais invadindo a esfera da execução dos chamados crimes contra as instituições democráticas".

Nesse sentido, destaca que o documento nunca foi assinado —discurso adotado igualmente por Bolsonaro, que adiciona que tampouco convocou o Conselho da República (órgão que deve ser ouvido previamente à decretação deste tipo de medida).

Sancionados em 2021 pelo próprio Bolsonaro, tanto o crime de golpe quanto o de abolição do Estado democrático de Direito pelos quais o ex-presidente é acusado punem a própria tentativa.



Ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fala à imprensa após virar réu na trama golpista, em Brasília. Pedro Ladeira - 26.mar.25/Folhapress

O advogado Vinicius Assumpção, que é doutor em direito pela UnB (Universidade de Brasília), afirma que, apesar de serem possibilidades previstas na Constituição, não há norma que permita invocar estado de defesa ou de sítio para se contrapor a um contexto eleitoral democrático e legítimo.

"A cogitação dessa possibilidade e, depois da cogitação, a implementação de atos voltados à execução dessa iniciativa são, no meu entendimento, tentativas de dar uma roupagem jurídica constitucional a algo que é nitidamente uma postura golpista", diz.

Ele aponta ainda assim que há um conjunto de fatores que tornam o debate jurídico em torno do caso complexo, como o ineditismo do tipo de situação que está sendo julgada.

**Série destrincha julgamento de ex-mandatário**

Série de reportagens mostra o que julgamento do ex-presidente e de militares no STF representa na história do país. A série discute o que está em jogo no processo e explora quais os desafios e simbolismos que o rodeiam.

Assim como há nuances que afastam a defesa formal dos discursos do ex-presidente, também do ponto de vista cronológico sua postura frente às chamadas minutas golpistas sofreu alterações.

Apesar de o primeiro documento do tipo ligado a membros do governo Bolsonaro ter sido descoberto ainda em janeiro de 2023, a primeira vez que o ex-presidente fez uma declaração em que parecia admitir algum tipo de envolvimento foi quase um ano mais tarde.

"O golpe é porque tem uma minuta de um decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição? Tenham santa paciência", disse ele em ato na avenida Paulista em fevereiro de 2024, gerando grande repercussão. Duas semanas antes dessa fala, a PF tinha feito uma operação contra alguns de seus aliados e militares de alta patente, com base em mensagens identificadas que tratavam da discussão sobre um decreto golpista.

Em 2023, ao rebater a inclusão do documento como prova em ação no TSE, a defesa eleitoral de Bolsonaro argumentava que, além de a minuta não ter sido assinada nem ter sido encontrada em posse dele, tampouco havia indícios de que ele teria participado de sua redação.

"Não há qualquer evidência ou notícia de que dele se tenha dado conhecimento a qualquer autoridade ou cidadão", afirmava a peça à época, antes desses outros elementos virem à tona. "Não se tem notícia de qualquer providência de transposição do mundo do rascunho de papel para o da realidade fenomênica, ou seja, nunca extravasou o plano da cogitação."

## Folha de São Paulo

# PT organiza curso sobre evangélicos por aproximação com base religiosa

'Fé e Democracia' busca, em oito aulas, diálogo com grupo que representa 27% dos brasileiros; uma das convidadas afirma que 'a Bíblia é o livro da classe trabalhadora'

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Daria para dizer que, em matéria de evangélicos, o PT não era um aluno muito aplicado. A Fundação Perseu Abramo, braço de estudos do partido, resolveu então dar uma aula sobre o grupo religioso que, segundo o Censo 2022, representa 27% da população —eram 6,6% em 1980, ano de fundação da sigla.

O curso "Fé e Democracia para a Militância Evangélica Brasileira" começou na semana passada com 775 inscritos e uma fala que sintetiza o espírito da coisa toda: "A Bíblia é o livro da classe trabalhadora".

Quem a disse foi a teóloga Angélica Tostes, uma das convidadas para o primeiro de oito encontros virtuais previstos. "Quanto de nós, indo para os nossos trabalhos, pegando o metrô, pegando o ônibus, a gente vê irmãs e irmãos de fé com a Bíblia, seja no celular, seja ela [na versão] física".

Não dá para virar a cara para um campo que é sobretudo "preto, pobre, feito com mulheres da periferia", argumenta Tostes, que é pentecostal. Aquele clichê sobre construir pontes é verdadeiro, e essa engenharia não acontece da noite para o dia. "A gente precisa pensar que o diálogo não é um mijo. Três minutos, dialoguei com os evangélicos. Não."

Filha de ex-católicos convertidos ao evangelicalismo, Tostes consegue entender por que essa religião inchou sua base no Brasil. "A gente vê que [as igrejas evangélicas] são espaços que vão acolhendo essas pessoas e vão dando não só respostas de uma dimensão concreta, mas também existencial. E aí é necessário que nossos companheiros e companheiras que não têm a vivência religiosa também observem isso. A religião, não só evangélica ou cristã, ela dá um sentido na vida."

Um teste que os oponentes, afirma, gabaritaram. "Esse sentido foi, de alguma maneira, capturado pela extrema direita e pela direita, porque com esse enfraquecimento dos sindicatos, das CEBs, da própria Teologia da Libertação, que de alguma maneira também se intelectualizou demasiadamente, um espaço ficou vazio. Só que na política não existem espaços vazios."

CEBs são as Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica e que o sociólogo Celso Rocha de Barros, colunista da Folha, define como "a principal forma organizacional do catolicismo de esquerda" em seu livro "PT, Uma História". Já a Teologia da Libertação é uma corrente que surge nos anos 1960 na América Latina e interpreta a fé cristã a partir da luta contra a injustiça social.

O presidente da fundação que organizou o programa, Paulo Okamoto, falou à turma em "cer-



O pastor Luis Sabaney no curso "Fé e Democracia", organizado pelo PT. Divulgação/Fundação Perseu Abramo

## Palenstanes são minoria progressista

A deputada Benedita da Silva, decana evangélica entre os congressistas petistas, dá um breve testemunho gravado —estava num voo no horário da aula. Que seus colegas, assim como ela, estejam "prontos a declarar para todos e para todas que nós não nos envergonhamos do Evangelho de Cristo".

Os nomes escalados para o curso são todos parte de uma minoria progressista entre a liderança evangélica, com projeção tímida perto de pastores como Silas Malafaia e Cláudio Duarte, ou influencers como Deive Leonardo e Thiago Brunet, todos evangélicos que ladearam na eleição.

Entre os convidados para palestrar está o pastor Valdeinei Ferreira, que teve um entreviro com a faculdade presbiteriana onde dá aula após artigo sobre Judas que irritou conservadores.

Também fala à turma o pastor Sergio Dusilek. Pressionado por pares, ele renunciou à presidência da Convenção Batista Carioca em 2022, no meio do furdunço eleitoral, após dizer que "a igreja evangélica tem que pedir perdão ao presidente Lula".

ta urgência" para "fazer essa reflexão". No período eleitoral de 2024, o PT lançou uma cartilha para orientar candidatos e militantes no trato com evangélicos. Uma bola levantada pelo material: não dá para colocar todo e qualquer crente "sob a alcunha de fundamentalista", o que "de-

monstraria preconceito e poderia ser interpretado como perseguição religiosa, entregando-as para o fundamentalismo".

Um vídeo institucional exibido para o grupo — e que a fundação prefere ainda não tornar público — ensaiou uma linguagem afinada com um valor caro ao

cristianismo de modo geral. Diz o conteúdo: "Toda família deste país merece ter moradia digna, alimentação, trabalho e renda. A família é onde encontramos a fraternidade e a solidariedade em momentos de dificuldade. O cristão verdadeiro, ele é o primeiro a defender a família".

A questão é entender de que molde familiar se está falando. Esse termo, segundo Tostes, "está sendo cooptado de uma maneira instrumental, como se nós, da esquerda, não defendéssemos a família", afirma. "Mas a gente defende as famílias, as diversas formas de ser família."

O pastor Ariovaldo Ramos, coordenador da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito e referência progressista no meio, buscou aproximar o programa petista da matriz cristã.

"Os princípios do reino", diz, demandam "um governo que trabalhe em prol do futuro do trabalhador". Está na Bíblia. "A gente vê, por exemplo, lá em Atos [livro do Novo Testamento], que a igreja criou uma seguridade social para a viúva. E, como disse o apóstolo Paulo, quem colheu demais não tem sobrando, para que quem colheu de menos não sinta falta. A lógica cristã é uma justiça que trabalha a partir da igualdade."

Ele também diz que as Escrituras defendem a reforma agrária. Ramos vê aqui um ponto de confluência com a "utopia marxista, que é o fim das classes e quando os meios de produção pertencem ao trabalhador". Essa "lógica cooperativa que você encontra nas Escrituras é impressionante", ele se entusiasma.

## NENHUM TRABALHO SEM DIREITOS DE VERDADE.



Ministério Público do Trabalho

Não importa o tempo à disposição do aplicativo. Christiane só recebe por corrida realizada. Isso prolonga sua jornada de trabalho. A precarização desse tipo de trabalho é coisa séria.

CHRISTIANE

MOTORISTA DE APLICATIVO



WWW.DIREITOSDEVERDADE.COM

## Folha de São Paulo

## Ratinho pai esboça discurso antipolarização que pode basear campanha do filho

Aliados dizem que apresentador de televisão deve entrar em campo em uma eventual candidatura de Ratinho Junior ao Planalto em 2026

Catarina Scortecci

**CURITIBA** Famoso apresentador de programa de auditório no SBT, o empresário Carlos Roberto Massa, mais conhecido como Ratinho, vai esboçando um discurso afinado com o do filho, o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD).

O plano do filho é entrar na disputa à Presidência da República em 2026, ainda que o próprio partido, controlado por Gilberto Kassab, não tenha batido o martelo sobre qual rumo pretender tomar nas eleições.

"Quem a gente precisa pôr na Presidência da República é alguém que queira tocar o Brasil como país. Eu acho que tem que ter um cara equilibrado, para tocar o Brasil com equilíbrio. Sem lado, nem esquerda, nem direita. Não precisa", disse o pai do governador há cerca de um mês à Jovem Pan.

No mesmo programa, Ratinho pai ainda reclamou da "briga política bobá" e do "fanatismo" e, em tom de campanha eleitoral, disparou: "Lá no estado do Paraná, ele [Ratinho Junior] não briga com ninguém, faz a coisa certa. Não tem lado político, não briga com deputado, não briga com juiz, não briga com promotor. Ele trabalha".

O discurso da antipolarização também tem sido usado pelo filho desde a vitória no pleito de 2022, quando ele se reelegera ainda no primeiro turno, e passou a defender que a sociedade "não aguenta mais a brigada política".

Apesar disso, o próprio governador não tirou o pé do bolsonarismo e, na tentativa de garantir o eleitorado ligado ao ex-presidente, passou a defender publicamente a anistia aos envolvidos no 8 de janeiro de 2023, pauta prioritária do PL de Jair Bolsonaro.

O pai do governador fez o mesmo na Jovem Pan: "É um absurdo deixar alguém ali preso 14 anos, 15 anos. Alguém no Brasil acredita que ali tinha algum terrorista?".

O discurso afinado entre pai e filho se estende a outras pautas, como na área de segurança pública. Ambos cobram um endurecimento das leis penais e falam do "juiz que solta bandido".

Ratinho pai costuma dizer que não gosta da esquerda, assume o voto em Bolsonaro nas eleições de 2022, mas tem evitado o ataque direto ao presidente Lula (PT), assim como o filho.

Ratinho Junior assumiu uma cadeira de deputado federal pela primeira vez em 2007, no segundo mandato de Lula, e manteve uma relação amistosa com o então mandatário. O estreitamento com o PT se deu apenas



O governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), ao lado do pai, o apresentador Carlos Massa, o Ratinho, em discurso de campanha em 2022. Divulgação

em 2012, quando Ratinho Junior perdeu a disputa pela Prefeitura de Curitiba para Gustavo Fruet (PDT), nome defendido pelos petistas.

A Folha entrou em contato com a assessoria do apresentador, mas ele não quis dar entrevista.

Ao longo dos mandatos do filho no governo paranaense, o apresentador evitou entrar em polêmicas envolvendo a gestão e tampouco costuma ser visto no Palácio Iguaçu, sede do Executivo estadual.

No início da gestão, canais oficiais do governo estadual ainda insistiram em adotar "Carlos Massa Junior", mas o novo nome não pegou e a imprensa local seguiu o chamando de "Ratinho Junior".

Agora, segundo aliados, a fama do apresentador é considerada vantajosa para os planos do governador, que desde o início do ano já vem tentando se tornar mais conhecido fora do Paraná, ampliando sua agenda para outros estados.

Políticos próximos da família ouvidos pela reportagem dizem acreditar que o apresentador vai "entrar em campo" numa eventual candidatura do "Juninho", como o governador é chamado pelo pai e amigos. Na prática, isso significaria rodar o país juntos, por exemplo.

Além de apresentar um programa diário, de uma hora de duração, na grade nacional do SBT, Ratinho pai tem 76 emissoras de

rádio e é dono da Rede Massa, afiliada do SBT no Paraná.

O empresário também tem mais de 8 milhões de seguidores em sua conta no Instagram - Ratinho Junior contava com 777 mil até a semana passada. No Instagram, o apresentador tem feito menções ao filho, a quem chama de "melhor governador do país", com alguma frequência.

Em 2023, ao falar sobre seus negócios ao podcast MF Rural, ligado ao agro, o apresentador disse que seu desejo era "fazer a maior rede de rádio do Brasil".

"Hoje eu sou o segundo. Tenho que dar uma rasteira na Jovem Pan, aproveitar que ela está brigada com o governo, está sem verba", disse rindo, em tom de galhofa.

Ele tem também negócios no agro, especialmente soja, em terras do Paraná e de Mato Grosso do Sul. Ainda adquiriu duas áreas no Acre para obter crédito de carbono. E sua atuação empresarial abarca ainda outros ramos, de franquias de clínicas odontológicas a hotelaria.

Hoje empresário, o apresentador também teve uma trajetória política. Entre o final da década de 1970 até meados da década de 1990, foi vereador de Jandaia do Sul, vereador de Curitiba, e deputado federal.

À Jovem Pan o apresentador descartou uma eventual volta à disputa eleitoral: "Tem duas coisas que eu nunca mais faria. Programa policial e sair candidato".

## Folha de São Paulo

# Haddad anuncia acordo para reduzir alíquotas de IOF e compensar receita com IR sobre LCIs e LCAs

Pacote de medidas também inclui corte estimado em 10% em isenções fiscais e tributação maior de bets

Adriana Fernandes  
e Raquel Lopes

**BRASÍLIA** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um acordo com o Congresso para reduzir as alíquotas do decreto que elevou o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). O governo deve fazer uma alteração desses percentuais e adotar novas medidas para compensar a perda de arrecadação.

Em reunião com líderes partidários na noite de domingo (8), Haddad negociou um pacote que inclui a tributação de juros sobre capital próprio, o aumento da taxa de apostas esportivas e a cobrança de Imposto de Renda de 5% sobre títulos atualmente isentos, como LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito Agrícola).

As medidas devem ser adotadas com a edição de uma medida provisória. Haddad disse que vai discutir os detalhes desse plano com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta terça-feira (10).

O governo também vai apresentar um projeto de lei complementar para realizar um corte estimado em 10% em isenções fiscais.

O plano apresentado pelo ministro também prevê mudanças na cobrança de IOF sobre as operações conhecidas como risco sacado. Essa era uma das medidas mais polêmicas do decreto elaborado pelo Ministério da Fazenda. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), havia pedido a Lula que revisse a taxa sobre esse tipo de operação.

Na reunião com líderes da Câmara e do Senado, Haddad pediu para preservar o aumento do imposto sobre diferentes operações, mas afirmou que o governo aceitaria uma alíquota menor do que a aplicada pelo decreto assinado no fim de maio.

Segundo estimativas apresentadas na reunião, a redução média da alíquota deve ser de 65%, o que fará com que a arrecadação do imposto fique limitada a um terço do plano original.

Para compensar a perda de receita com essa mudança, o governo apresentou propostas como um corte em isenções fiscais e o aumento da tributação de apostas esportivas.

O governo elaborou um pacote de propostas para tentar evitar perdas de arrecadação com um recuo no decreto do IOF. O aumento do tributo, feito por decreto no fim de maio, desagradava aos parlamentares, que passaram a pressionar Motta a pautar projeto que derrubaria o decreto que instituiu a elevação de alíquotas do imposto.

A reunião ocorreu sob pressão de Motta. Na véspera, em evento com empresários, ele avisou que poderia colocar em votação nes-



Fernando Haddad, Hugo Motta (Câmara), Geraldo Alckmin e Davi Alcolumbre (Senado), na semana passada. Adriano Machado - 3 jun/25/Reuters

## O que foi anunciado neste domingo

**IOF** Haddad anunciou ajuste nas alíquotas, que haviam sido elevadas por decreto no fim de maio. Também afirmou que haverá mudanças no imposto sobre as operações conhecidas como risco sacado

**LCI/LCA** Medida provisória vai prever que LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito Agrícola), atualmente isentas de Imposto de Renda, passem a ser tributadas em 5%

**APOSTAS ESPORTIVAS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO** MP também inclui a tributação de juros sobre capital próprio e o aumento da taxa de bets

**ISENÇÕES FISCAIS** Governo enviará projeto de lei complementar para realizar corte estimado em 10% em isenções fiscais

**65%** deve ser a redução média das alíquotas do IOF, o que fará com que a arrecadação do imposto fique limitada a um terço do plano original

ta terça-feira um projeto de decreto legislativo para derrubar a alta do IOF.

A equipe econômica, por outro lado, insistia em que não poderia abrir mão da compensação integral da arrecadação que teria com o aumento do IOF nos anos de 2025 e 2026.

No início da última semana, Haddad já indicava que a compensação deve incluir ao menos uma PEC (proposta de emenda à Constituição), um projeto de lei e, talvez, uma medida provisória.

O titular da Fazenda esteve com os presidentes da Câmara e do Senado na segunda-feira (2) à noite e em um almoço na terça-feira (3).

Dias antes, Motta dizia que o clima na Câmara era favorável à derrubada integral do decreto de aumento. Após reunião da qual Alcolumbre e Gleisi também participaram, ficou fechado um prazo de dez dias para a apresentação de uma solução que, segundo o presidente da Câmara, seja "estruturante" e "sem gambiarras".

Durante as negociações, diversas alternativas foram discutidas. A cúpula da Câmara chegou a defender mudanças nos pisos de saúde e educação, uma limitação às deduções de despesas médicas no Imposto de Renda, além de uma taxa maior a fintechs e do corte de isenções.

Tentativas anteriores de reduzir o gasto tributário, como o governo chama essas isenções, alíquotas reduzidas de impostos federais e subsídios, enfrentaram forte resistência de lobbies diversos no Congresso.

Entre os pontos levantados durante os últimos dias estavam aumentar a alíquota dos sites de apostas de 12% sobre a arrecadação das casas para 18% —valor que chegou a ser proposto pelo Executivo no passado, mas foi reduzido pelos parlamentares.

As conversas também incluíam a revisão de gastos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Antes da reunião com as lideranças partidárias, o ministro da Fazenda se reuniu com a equipe econômica para fechar os detalhes das propostas.

Leia mais sobre a crise do IOF na pág. A17

**unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**  
COMUNICADO DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO 9003/2025  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS LABORATORIAIS. Data da Sessão Pública: 23/06/2025 – 08:00h. LOCAL: O PREGÃO será realizado na modalidade eletrônico através da plataforma [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). MAIORES INFORMAÇÕES: O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados, na Seção Técnica de Materiais, a partir de 09 a 23/06/2024, sito à Avenida Brasil Centro nº 56, Ilha Solteira/SP – Fones: (16) 3743-1021 até às 18:37:43 1255 / 1023 das 08:30 às 11:30h e das 14:00 às 17:00h, de segunda a sexta-feira, através dos endereços eletrônicos [materiais.fis@unesp.br](mailto:materiais.fis@unesp.br), e/ou através dos sites <http://www.unesp.br/licitacao>, [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Processo n. 499/2025 – Pregão Eletrônico 9003/2025

**POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico nº 19/2025 – DL/PMPA. Órgão: POLÍCIA MILITAR DO PARÁ.  
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de proteção individual – (coldre e porta-carregador) para o atendimento das demandas da Polícia Militar do Pará. Data e hora de abertura: 23/06/2025, às 09:00min (horário de Brasília).  
Local: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações: (91) 98409-4168.  
Pregador: WENDELL RODRIGUES BARRIOS - 3º SGT PM RG 38150  
O edital se encontra disponível nos sites: [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).  
Belém-PA, 09 de junho de 2025.  
MARCELO AMARO DA GAMA – TEN CEL GQPM PM RG 29201  
Diretor de Licitação.

**HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
EDITAL  
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, **pregão eletrônico para registro de preços nº 358/2025**, do tipo menor preço, destinado à: **LUPA DO TIPO PEDRA 65 MM 4X; ÓCULOS COM ARMAÇÕES DE ACETATO, DE METAL OU MATERIAL FLEXÍVEL PARA CRIANÇAS**, a realização da Sessão será no dia 23/06/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Cadastro sob o nº 92201 – 90358/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 09/06/2025. O edital na íntegra está disponível no site: [www.dob.sp.gov.br/pesquisa/licitacao](http://www.dob.sp.gov.br/pesquisa/licitacao) ou [www.hcrp.usp.br](http://www.hcrp.usp.br), telefone: (16) 3602 2152.  
PAULO CHAPINE JUNIOR  
Diretor do Serviço de Compras

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO E GOVERNO DIGITAL**  
EDITAL DE REPUBLICAÇÃO DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 096/2025  
Nº do Processo: 018.00000702025-23  
Interessado: Secretária de Estado e Governo Digital  
Assunto: Alienação Onerosa de 6 (seis) imóveis (Interior e Santo André) Tomar-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado de Governo Digital, inscrita no CNPJ sob o nº 38.467.290/0001-02, sediada Avenida Rangel Pretani, nº 300, 14º e 15º andares, São São Paulo/SP, doravante referida como "Unidade Contratante", realizará leilão na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda dos imóveis descritos e caracterizados no Anexo I deste Edital, na situação jurídica e no estado de conservação que se encontra, sob a responsabilidade do Licitante ANTONIO CARLOS SEDANES, inscrito no CPF/MF sob o nº 134.778.774-03, inscrito em edital mencionado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 636, conforme contrato de prestação de serviços que constitui o documento SEI nº 008063456 dos autos do Processo nº 018.00001562025-85. Este Edital será assinado pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.181, de 19 de outubro de 2022, pelo Decreto estadual nº 66.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de fora que compõem esse instrumento.  
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: De 02/07/2025 às 09h (horário de Brasília).  
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: [www.saib.com.br](http://www.saib.com.br).  
O leilão eletrônico será realizado mediante cadastramento prévio dos interessados no sistema indicado no site eletrônico [www.saib.com.br](http://www.saib.com.br) a partir das 09:00 (nove) horas do dia 02 de julho de 2025 até às 19:00 (nove) horas do dia 02 de julho de 2025. O Edital poderá ser consultado pelos interessados nos sites eletrônicos [www.saib.com.br](http://www.saib.com.br) (Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP), [www.saib.com.br](http://www.saib.com.br), [www.saib.com.br](http://www.saib.com.br) e [www.saib.com.br](http://www.saib.com.br) (Portal de Transparência/licitações/felões) ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico.

**Prefeitura de José Bonifácio SP**  
Secretaria de Administração  
Serviço de Compras e Licitação  
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2025.  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 039/2025.  
DATA DA REALIZAÇÃO: 26/06/2025.  
HORÁRIO: 08:00 horas.  
LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.  
A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. 33/2025, objeto do Processo de Licitação nº. 039/2025, do tipo Menor Preço Unitário, objetando a aquisição de materiais elétricos, destinados aos diversos setores municipais, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.  
O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/comprasedital](http://licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/comprasedital).  
Prefeitura Municipal de José Bonifácio,  
Aos 05 de junho de 2025.  
DR. MARCELO CATARUCI DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

## Folha de São Paulo



O presidente do Banco Central, Gabriel Galipolo, durante evento em Guarujá (SP) Fernanda Luz - 7.jun.25/Reuters

## BC pisa no freio em PEC diante de agenda conturbada e falta de consenso com governo

Banco posterga envio de sugestões a relator de texto sobre autonomia financeira e orçamentária após crise do IOF atrapalhar conversas

Nathalia Garcia e Thaísa Oliveira

**BRASÍLIA** Diante de uma agenda conturbada e da falta de consenso com o governo Lula (PT), o Banco Central decidiu postergar o envio de sugestões para o relatório final da PEC (proposta de emenda à Constituição) que dá autonomia financeira e orçamentária à autoridade monetária.

O relator da PEC, senador Plínio Valério (PSDB-AM), tinha a expectativa de receber a proposta do BC até dez dias depois de uma reunião ocorrida em 20 de maio. Mas o texto nunca chegou, e, nos bastidores, há a avaliação de que o momento ficou desfavorável após a crise do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

O imbróglio sobre a elevação do tributo dominou a agenda de membros do Ministério da Fazenda e do Congresso nas últimas semanas e atrapalhou o andamento das conversas sobre outros assuntos. O tema da PEC, que já não era tido como urgente fora do BC, ficou ainda mais distante na fila de prioridades das autoridades.

Na avaliação de membros do governo, seria importante o presidente do BC, Gabriel Galipolo, conversar com Lula sobre a PEC antes de dar seguimento à questão. A tarefa esbarra na indisponibilidade de agenda do chefe do Executivo, que está na França em viagem oficial até esta segunda (9) e lidera a cúpula Brasil-Caribe na sexta (13).

Apesar de a resistência do Executivo ao tema ter diminuído desde que Galipolo assumiu o posto de Roberto Campos Neto, o governo considera que algumas questões da PEC ainda precisam ser equacionadas —entre elas, a definição do regime de trabalho

dos servidores do BC.

O texto da PEC estabelece que os funcionários deixariam de ser regidos pelas normas do RJU (Regime Jurídico Único) e passariam a ser empregados públicos regulamentados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Durante a tramitação, foram incorporados ao texto elementos para preservar a estabilidade dos funcionários da autoridade monetária e também criadas regras provisórias para aposentadoria, buscando mitigar os impactos negativos gerados pela mudança de regime previdenciário.

Segundo um interlocutor do governo, não é razoável que os funcionários se tornem celetistas, sem teto de salário, e mantenham o direito à estabilidade garantida a servidores estatutários.

A medida é o ponto central do conflito interno entre os servidores do BC. A ala representada pelo Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central) rejeita a proposta em discussão. Já o grupo encabeçado pela ANBCB (Associação Nacional dos Analistas do Banco Central do Brasil) vê a PEC como uma sa-

ída para fortalecer a instituição.

Na segunda (2), em evento em São Paulo, Galipolo disse não se sentir com autoridade para impor um dos caminhos e sinalizou que esse debate ficará nas mãos do Congresso, sem interferência da cúpula do BC.

“Não prestei concurso [público], estou de passagem. [...] Fracassei em conseguir produzir um consenso dentro do BC sobre qual dos dois caminhos [deveria ser seguido], e tem um racha ali com divisões, muitas vezes, por causa desse tema específico.”

O presidente do BC ressaltou que tem dialogado com ministros e senadores sobre a PEC, mas também tem visitado as regionais para conversar com os servidores. Na sexta (6), Galipolo esteve em Salvador para “despachos internos”.

Além da questão dos servidores, outro impasse foi criado em torno da tentativa de colocar o Senado como o responsável por autorizar o BC a executar despesas de pessoal acima de determinado limite, quando necessário. Para a autoridade monetária, essa competência deveria ser do CMN (Conselho Monetário Nacional) — formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento — pelo presidente da autarquia.

Para o presidente do Sinal, Epi-tácio Ribeiro, a PEC “rompe com princípios constitucionais e é uma ameaça ao papel do BC como ente de Estado”.

A presidente da ANBCB, Vivian Rosadas, diz ver com preocupação a postergação da aprovação da PEC e alerta para o risco operacional crescente no BC. Segundo ela, há riscos significativos na área de supervisão, cujo quadro é mais enxuto e envelhecido.

## QUE IMPOSTO É ESSE

### Empresas poderão rever carro e imóvel para executivo

Reforma tributária prevê tributação de bens e serviços considerados de uso pessoal

Eduardo Cucolo

Repórter de Mercado, foi secretário de Redação em Brasília

A reforma tributária pode levar as empresas a rever os benefícios dados a colaboradores e administradores, em especial o fornecimento de veículos e a cessão de imóvel para moradia.

Pela regra geral, os tributos que incidem sobre os bens e serviços adquiridos por uma empresa serão recuperados na forma de créditos, exceto se forem considerados como de uso ou consumo pessoal.

Estão nessa condição aqueles fornecidos de forma não onerosa ou a valor inferior ao de mercado para acionistas, administradores, empregados e parentes destes.

A lei que regulamentou a reforma coloca nessa lista imóveis residenciais e veículos, incluindo custos relacionados à sua aquisição e manutenção —inclusive seguro e combustível.

Outros benefícios não serão tributados, desde que atendidas certas condições. Esse é o caso de planos de saúde, incentivos educacionais e vales (transporte, refeição e alimentação), desde que estejam previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho a partir de 2027.

A legislação também garante que não serão considerados bens e serviços de uso ou consumo pessoal

aqueles utilizados preponderantemente na atividade econômica da empresa, como uniformes, equipamentos, alimentação e serviços de saúde e creche no próprio estabelecimento, por exemplo.

Esses dispositivos buscam evitar que algumas pessoas utilizem o CNPJ para usufruir de bens e serviços sem pagar impostos, daí a atenção especial a acionistas e pessoas da administração da companhia.

Se a pessoa física fosse comprar um veículo, teria de pagar os novos tributos nessa aquisição. Se uma empresa fez a compra e repassou para o sócio ou administrador, isso não deveria afastar a tributação dessa transação.

Elisa Henriques, sócia na área tributária do Veloz Advogados, afirma que, atualmente, a discussão sobre a tributação de benefícios concedidos a diretores e administradores de empresas está focada na questão da incidência ou não da contribuição previdenciária.

Ocorre a tributação quando esse valor é entendido pela Receita Federal como parte da remuneração, não algo necessário para realização do trabalho. Esses benefícios nunca foram considerados, no entanto, como venda de mercadoria ou prestação de serviço para fins de tributação.

“Essa mesma questão que temos hoje para a contribuição previdenciária, que é diferenciar se aquilo tem uma característica de ferramenta de trabalho ou de benefício, vou passar a ter que olhar também no âmbito do IBS e da CBS”, afirma a advogada, citando os dois novos tributos sobre bens e serviços.

Ela afirma que, em alguns casos, já existe jurisprudência consolidada no âmbito previdenciário, mas não é possível garantir que a regra aplicada a um tributo valerá para outros.

Neste momento, a recomendação é que as empresas façam um mapeamento da situação dos benefícios atuais para avaliar a possibilidade de aumento de custos.

Também é necessário verificar se tal incentivo pode ser simplesmente cortado no futuro ou se a sua eliminação pode gerar riscos trabalhistas.

“Em alguns casos, quando envolve empregados e diretores com contrato de trabalho assinado, um benefício pode eventualmente ser considerado como incorporado ao salário. Então há também essa preocupação de ordem trabalhista”, afirma a advogada.

### 3.166

são os servidores do BC em atividade, dos quais...

### 2.611

são auditores...

### 401

são técnicos e...

### 154

são procuradores

## O Estado de São Paulo

## PT não sabe o que fazer sem Lula



**Lamento de Gleisi, para quem, 'infelizmente, Lula tem de ser candidato', expõe impasse da esquerda, encurralada entre o passado e o risco de ser irrelevante por falta de novas ideias**

A esquerda brasileira está encurralada entre o passado e o risco de se tornar irrelevante, dada sua profunda dependência da reeleição do presidente Lula da Silva para continuar no poder. Em recente entrevista ao programa *Conversa com Bial*, a ministra de Relações Institucionais e ex-presidente do PT, Gleisi Hoffmann, reconheceu, sem disfarçar um certo tom de lamento, que, "infelizmente, Lula terá de ser candidato" em 2026. Segundo ela, seu partido e a esquerda até "têm quadros políticos", mas nenhum com "pegada popu-

lar" nem tampouco força eleitoral para "fazer disputa e ganhar da extrema direita" na próxima eleição presidencial.

É de reconhecer que a ministra está certa em um ponto. De fato, sem o nome de Lula nas urnas, um candidato que sempre será competitivo – e ainda mais com a força de incumbente movendo a máquina pública federal a seu favor –, não apenas o PT como a esquerda em geral amargarão anos a fio, é possível inferir, sem ter uma perspectiva de poder em âmbito nacional. Basta lembrar quão difícil foi até para Lula derrotar Jair Bolsonaro, um dos piores presidentes da

Nova República, na eleição passada. Gleisi, no entanto, omitiu um fato e distorceu outro em sua análise da conjuntura política de seu campo ideológico.

Se o destino da esquerda, para o bem ou para o mal, é profundamente atrelado ao destino de Lula, e não de hoje, a responsabilidade por essa dependência é exclusivamente do presidente. Lula sempre sabotou qualquer movimento de renovação tanto no PT quanto no chamado "campo progressista" – seja o arejamento de lideranças, seja de ideias. Todos os que ousaram, ainda que timidamente, projetar sombra sobre Lula foram logo abatidos no nascedouro, restando ao incauto o culto à personalidade do demiurgo e/ou a posição de "poste" acaso desejasse ter alguma projeção política. Ai estão os exemplos de Dilma Rousseff e Fernando Haddad para desencorajar qualquer um que queira pôr à prova a lulodependência da esquerda.

Outra malandragem de Gleisi foi omitir que a razão para a esquerda "até ter quadros políticos", mas nenhum deles ser eleitoralmente competitivo, é o fato de a esquerda não ter um projeto para o País, e sim, se tanto, um projeto para aferrar Lula ao poder sabe-se lá até quando. A esquerda brasileira é atrasada. Não enxerga nem o Brasil nem o mundo pelas lentes do século 21. Há uma profusão de análises e pesquisas, na imprensa profissional e na academia, demonstrando a desconexão que se estabeleceu entre a esquerda, em suas múltiplas derivações, e o eleitorado que, historicamente, sempre apoiou seus candidatos. O exemplo mais notório dessa desconexão, claro, é o próprio Lula, que, malgrado estar em seu terceiro mandato presi-

dencial, é recalitrante em reconhecer erros e se mostra incapaz de oferecer à sociedade um mero esboço de plano coerente, exequível e sustentável para o desenvolvimento do País.

Diante desse deserto propositivo, não resta alternativa a Lula, em particular, e à esquerda, em geral, a não ser apelar para essa suposta ameaça de retorno do que chamam de "extrema direita" à Presidência da República. Foi exatamente o que Gleisi vocalizou na entrevista, antecipando o tom da campanha eleitoral de Lula ou de quem ele ungir em 2026. Qualquer adversário do PT no ano que vem será invariavelmente tratado como o representante das forças do atraso, do golpismo e "das elites" – tudo isso empacotado como "extrema direita".

Ocorre que o verdadeiro representante da extrema direita, Bolsonaro, está inegável. Logo, não representa mais ameaça alguma à ordem democrática. A rigor, não é improvável que ao tempo da eleição o ex-presidente esteja preso por ordem do Supremo Tribunal Federal. Assim, será muito difícil formar uma nova "frente ampla" em torno da candidatura petista sob a bandeira da "defesa da democracia", que, como é notório, prevaleceu sobre seus inimigos.

Sem a retórica do medo, quase nada sobra para uma esquerda anacrônica e incapaz de inspirar esperança para a maioria dos brasileiros. E sem propostas concretas para lidar com os reais problemas do País, resta-lhe o risco de desaparecer como força de transformação social, reduzida a um grupo fechado em torno de Lula e de um discurso vazio de sentido. ●

## O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

## Supremo chega a momento decisivo do julgamento ao interrogar os réus

— Segundo a cronologia determinada pela Corte, o ex-presidente Jair Bolsonaro deve ser o sexto a prestar depoimento; oitivas começam hoje seguem até a próxima sexta

HUGO HENUD

O Supremo Tribunal Federal (STF) entra nesta semana na fase mais decisiva até aqui da ação penal que julga o núcleo central da tentativa de golpe de Estado. Com o início dos interrogatórios, o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete réus serão confrontados, pela primeira vez, diretamente por Alexandre de Moraes, relator do caso, pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e também por advogados das demais defesas.

A expectativa de criminalistas com trânsito na Corte ouvindo pelo **Estadão** é que essa etapa revele estratégias defensivas conflitantes, ampliando o risco de confronto entre os próprios réus. As defesas, por sua vez, veem no interrogatório um momento-chave para tentar desmontar a denúncia apresentada pelo procurador-geral Paulo Gonet, expondo fragilidades da peça acusatória e confrontando versões de outros envolvidos.

O primeiro a ser ouvido será Mauro Cid, delator e ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Na sequência, os interrogatórios seguirão ordem alfabética: Alexandre Ramagem (deputado federal e ex-diretor da Abin), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), general Augusto Heleno (ex-chefe do GSI), Jair Bolsonaro, Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil). As audiências devem ocorrer até o dia 13.

O criminalista e professor da USP Pierpaolo Bottini lembra que o interrogatório não apenas antecede o julgamento no plenário da Primeira Turma, como também representa o único momento em que os próprios réus apresentam suas versões. “É uma etapa crucial para o desfecho do julgamento”, afirma.

Bottini destaca que o fato de as defesas poderem questionar outros réus amplia o potencial de confronto entre versões, como já se viu nos depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa nas últimas semanas. “O objetivo de cada defesa é tirar seu cliente da cena dos crimes imputados pela PGR.”

Um exemplo desse embate ocorreu durante o depoimento

Para entender

Interrogatórios terão transmissão ao vivo

CLEIA VEIANA/AGÊNCIA CAMARA - 17/08/2021



● Transmissão

A sessão dos interrogatórios dos réus terá transmissão ao vivo. Sete dos oito acusados (o general Walter Braga Netto - na foto acima -, preso no Rio, participará remotamente) serão ouvidos presencialmente, na sala da Primeira Turma do STF, em Brasília. A segurança da Corte será reforçada

WILTON JUNIOR/ESTADÃO - 05/08/2025



● Relator

O ministro Alexandre de Moraes conduzirá a sessão e fará as perguntas. Ele ficará na tribuna principal, junto com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e assessores. Gonet e a defesa dos réus poderão fazer questionamentos

● Réus

Mauro Cid (na foto acima),

por ter feito delação, será o primeiro a ser interrogado. Depois serão ouvidos os outros acusados, por ordem alfabética: Alexandre Ramagem, Almir Garnier, Anderson Torres, Augusto Heleno, Jair Bolsonaro (na foto abaixo), Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e Walter Braga Netto

● Horário

A sessão começará às 14h e poderá ir até as 20h. No entanto, a previsão é de que não se consiga ouvir todos os réus hoje. Moraes reservou sessões na terça, quarta, quinta e sexta

WILTON JUNIOR/ESTADÃO - 05/08/2025



● Silêncio

Na condição de réus, todos os oito depoentes terão o direito de permanecer calados. No caso de Cid, por ele ser delator, Moraes pode analisar se cabe o direito ao silêncio

● Perguntas

Inicialmente, eles serão questionados sobre sua vida pessoal e vida progressa. Depois, serão indagados se são ou não verdadeiras as acusações que lhes foram feitas e também sobre provas, vítimas e testemunhas já inquiridas no processo

do ex-comandante do Exército Marco Antônio Freire Gomes, quando veio à tona a discussão sobre a chamada “minuta golpista” - um esboço de decreto que, segundo a investigação, justificaria uma intervenção militar para anular o resultado das eleições de 2022. O advogado Eumar Novacki, defensor de Torres, insistiu em obter detalhes sobre reuniões no Palácio da Alvorada em que o documento teria sido discutido. Diante das negativas de Freire, Moraes interrompeu a audiência e afirmou que a Corte não seria transformada em “círculo”.

Mesmo após o episódio, Novacki afirma que Torres responderá a todas as perguntas com o

máximo de detalhes, embora tenha, como os demais réus, o direito constitucional ao silêncio.

‘PONTOS OSCUROS’. “Vamos aproveitar a fase de interrogatório, que é a principal para a defesa, esclarecer os pontos obscuros, apontar contradições na peça da PGR e, se necessário, confrontar versões apresentadas por outras defesas”, diz.

Para o professor Gustavo Badaró, também da USP, essa deve ser a linha predominante: identificar fragilidades na denúncia e explorar contradições entre as versões dos réus. “Já vimos essa estratégia na fase das testemunhas, e ela deve se repetir agora”, afirma.

Entre os interrogatórios, o de Jair Bolsonaro - o sexto a depor - é considerado o mais decisivo por advogados e criminalistas ouvidos pela reportagem, já que a PGR o descreve como o principal articulador e beneficiário da trama golpista, o que aumenta a tensão e a complexidade da audiência.

LIGADOS. A avaliação é compartilhada pelo advogado Jeffrey Chiquini, que representa o tenente-coronel Rodrigo Bezerra, do núcleo 3. “Todos os réus, de alguma forma, estão ligados à atuação direta ou indireta do ex-presidente”, diz. Outro defensor de um dos réus classifica o interrogatório de Bolsonaro como “peça-chave” e resume: “Tudo gira em torno dele.”

Badaró concorda e destaca que, justamente por essa centralidade, a estratégia da defesa de Bolsonaro exigirá uma articulação cuidadosa. Segundo ele, a linha defensiva deve atuar em duas frentes. A primeira é alegar que os atos descritos na denúncia não passaram da fase de cogitação ou foram discutidos dentro dos instrumentos previstos na Constituição - como Estado de Defesa, Estado de Sítio ou GLO. A segunda é sustentar que, caso alguma prática ilícita tenha ocorrido, ela se deu sem a anuência de Bolsonaro, sendo os principais beneficiários os generais que o cercavam no Palácio.

Para alinhar essa estratégia, o ex-presidente foi a São Paulo na última sexta-feira, onde se reuniu com seus advogados para se preparar para o interrogatório no Supremo.

Outro momento de tensão será o depoimento de Cid, cuja delação premiada embasou boa parte da denúncia da PGR. A colaboração do ex-ajudante de ordens vem sendo contestada desde a fase de indiciamento até o recebimento da denúncia.

Na ocasião, as defesas de Bolsonaro e do general Braga Netto tentaram anular o acordo, alegando coação e falta de voluntariedade. Embora o plenário tenha validado a delação, ministros como Luiz Fux, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin e Flávio Dino deixaram aberta a possibilidade de rediscutir sua validade no curso da ação penal.

Diante disso, Chiquini acre-

ditou que o depoimento de Cid marcará o início de uma série de embates diretos entre os acusados. Ele aponta como alvo principal as “idas e vindas de versões” apresentadas por Cid durante sua colaboração. Outro advogado de um dos réus afirmou que as defesas irão “explorar” essas contradições. “Não é possível que você tenha nove versões de uma delação”, afirmou. “Vai ser um tentando jogar a culpa no outro.”

Essa disputa de narrativas, na avaliação do criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, tende a marcar toda a fase de interrogatórios. Para o jurista, as defesas devem tentar isolar a responsabilidade de seus clientes e atribuir a autoria aos demais, em um movimento de sobrevivência individual diante da gravidade das acusações.

“É uma etapa crucial para o desfecho do julgamento”

Pierpaolo Bottini  
Criminalista e professor da USP

“Vamos aproveitar a fase de interrogatório, esclarecer os pontos obscuros, apontar contradições na peça da PGR e, se necessário, confrontar versões apresentadas”

Eumar Novacki  
Advogado de Anderson Torres

A postura de Moraes também deve ser acompanhada de perto pelas defesas. Dois advogados dos acusados ouvidos pela reportagem apontam o que consideram excessos cometidos pelo ministro, que representariam atropelos processuais e violações ao direito à ampla defesa.

Eles citam dois episódios recentes: o primeiro foi a reprimenda ao general Freire Gomes, após ele minimizar o episódio em que teria dado voz de prisão a Bolsonaro durante uma reunião no Planalto, em 2022. O segundo envolveu o ex-ministro Aldo Rebelo, cujo depoimento foi interrompido por Moraes, que chegou a ameaçá-lo com prisão por desacato. ●

## O Estado de São Paulo

Contas públicas Impasse

## Haddad anuncia acordo com recuo na taxaço de IOF

*Em reunião com líderes do Congresso, ficou decidido fazer corte em benefícios tributários, taxaço de bets e fim de incentivos a LCA e LCI*

ÁLVARO GRIBEL  
MARIANA CARNEIRO  
BRASÍLIA

Depois de quase seis horas de reunião com lideranças do Congresso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem à noite acordo para recuar em parte do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e compensar essa perda de arrecadação com a taxaço de bets, com a cobrança de títulos incentivados (isentos de Imposto de Renda), como LCI e LCA, e com o fim da alíquota

de 9% na cobrança da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras – que terão de pagar alíquotas de 15% e 20%.

Em paralelo, Haddad afirmou que haverá medidas para reduzir 10% dos gastos tributários infraconstitucionais, além de medidas para tentar cortar gastos primários – mas ele não deu detalhes. O ministro afirmou que o acordo foi dividido em quatro pontos: uma medida provisória para compensar a arrecadação com o recuo no aumento do IOF; novo decreto para recalibrar a cobrança de IOF em um terço do projeto original; proposta para rever gastos infraconstitucionais; e uma proposta para reduzir gastos primários.

A taxaço das bets subirá de 12% para 18% do rendimento bruto das apostas. Já os títulos de LCI e LCA continuarão



Alcolumbre, Motta e Haddad depois do almoço da semana passada

com incentivos fiscais, segundo Haddad, mas passarão a ter incidência de 5% de cobrança de Imposto de Renda.

Em relação ao chamado risco sacado, haverá uma recalibragem na cobrança de IOF. A alíquota fixa de IOF deixa de existir, e a alíquota diária também será alterada, mas a Fazenda não detalhou os números.

**'REUNIÃO HISTÓRICA'**: O anúncio foi feito depois de reunião entre Haddad, a ministra Gleisi Hoffmann (da Secretaria das Relações Institucionais) e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da

Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), além de líderes partidários. "Acredito que foi uma reunião histórica, conjunta, muito franca muito produtiva, e com um grau de maturidade muito grande para enfrentar os temas que estão colocados", disse Haddad, à saída do encontro.

A discussão sobre alternativas ao aumento do IOF vem em meio à pressão do governo para manter o compromisso com o novo arcabouço fiscal. A proposta de elevar o imposto, porém, acabou produzindo forte resistência do Congresso e do setor produtivo. Na última terça-feira, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva se encontrou com Alcolumbre e com Motta na tentativa de evitar que o Congresso derrubasse o decreto com a mudança na tributação – que previa inicialmente arrecadação de R\$ 20,5 bilhões, neste ano, e de R\$ 41 bilhões em 2026.

Depois desse primeiro encontro, uma nova reunião foi realizada ontem à noite, na residência oficial da Câmara dos Deputados, em Brasília, para que a Fazenda apresentasse suas propostas a líderes partidários em busca de um acordo.

No dia anterior, falando de Paris, onde participa de viagem oficial, Lula chegou a dizer que "estava tudo acertado" em relação às medidas. Pela rede social X, Gleisi afirmou que o Planalto está "dialogando" com os presidentes da Câmara e do Senado para definir ajustes que manterão o equilíbrio fiscal.

Depois da convocação do governo e do acerto com Motta e Alcolumbre, lideranças voltaram ontem de seus Estados para Brasília. Um deles, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), fez publicação sobre a viagem em uma rede social. Em conversa com o **Estadão**, ele se comprometeu a levar sugestões como a desvinculação do aumento do salário mínimo das aposentadorias e dos benefícios do INSS. ●

## Cotidiano

**Veículo**  
Tamoios News  
Fala Caragua



### Parque Municipal do Juqueriquerê ganha cadeira especial para transporte nas trilhas de pessoas com deficiência

*A equipe de servidores do Parque Natural Municipal do Juqueriquerê, em Caraguatatuba – SP, passou capacitação sobre como usar a cadeira Julietti, específica para transportar pessoas com deficiência (PcD) em trilhas na natureza.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**

Tamoios News

Radar Litoral

Portal Notícias do Litoral

Fala Caragua

Diário Caiçara

Agora Vale



## Caraguatatuba recebe 1º Encontro de Startups do Litoral Norte

*O Governo Municipal de Caraguatatuba, em parceria com o Sebrae-SP, realiza o 1º Encontro de Startups do Litoral Norte, nos dias 10 e 11 deste mês, na Secretaria de Turismo.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Radar Litoral



## Audições do Água Viva Coral para novos integrantes ocorrem na terça e quinta-feira

*O Água Viva Coral, de Caraguatatuba, realiza uma nova rodada audições para novas vozes que poderão compor o grupo. O encontro ocorre na próxima terça-feira (10) e na quinta-feira (12) das 18h às 19h, no Auditório Maristela de Oliveira. A inscrição é gratuita e deve ser realizada pelo Whatsapp (43) 9 9938-5003.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Fala Caragua



## Prazo para execução dos projetos da Lei Paulo Gustavo é prorrogado em Caraguatatuba

*Os artistas e fazedores de cultura contemplados pela Lei Paulo Gustavo – LPG em Caraguatatuba, terão o prazo prorrogado para execução dos projetos contemplados nos Editais nº 22/2023, 23/2023 e 24/2023. A data foi estendida até 30 de junho de 2025.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Radar Litoral  
Fala Caragua  
Agora Vale  
Litoral Norte Web



## Prefeitura de Caraguatatuba convoca 87 estagiários aprovados no processo seletivo 2025

*A Secretaria de Administração de Caraguatatuba fez a primeira convocação com 87 aprovados de nove cursos do Processo Seletivo Para Quadro de Reserva e Contratação de Estagiários nº 01/2025 e mais uma chamada com um classificado do Complementar 01/2024 na Edição 1.603 do Diário Oficial Eletrônico do Município desta sexta-feira (6/6).*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Boca no Trombone



**ATENÇÃO, ESTUDANTES! Saiu a tão esperada convocação!**

*A Prefeitura de Caraguatatuba acaba de convocar 88 estagiários aprovados no Processo Seletivo 01/2025 e no Complementar 01/2024!*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Diário Caiçara



## PAT Caraguatatuba abre inscrições para cursos gratuitos de Inglês e Espanhol voltados ao mercado de trabalho

*O PAT de Caraguatatuba abre, nesta segunda-feira (9/6), as inscrições presenciais para os cursos gratuitos de Inglês e Espanhol voltados ao atendimento profissional.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Boca no Trombone



## Empresas com mais de 100 funcionários podem solicitar vacinação para colaboradores em Caraguatatuba

**ATENÇÃO, EMPRESAS DE CARAGUÁ!**

*Tem mais de 100 colaboradores?*

*# Leve a vacinação até seu local de trabalho!*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Rock News Litoral



Empresas com mais de 100 funcionários em Caraguatatuba podem agendar ações de vacinação no próprio local de trabalho!

*Isso mesmo: vacina sem sair da empresa!*

Leia a matéria completa [aqui](#).

## Geral

**Veículo**  
Tamoios News  
Radar Litoral  
G1 Vanguarda  
Repórter Online Litoral  
Diário Caiçara  
Band Vale  
Jornal do Litoral  
Notícias das Praias  
TV Thati



### Oito criminosos são presos por roubo em Caraguatatuba

*Na sexta-feira (6), policiais da Força Tática prenderam seis homens e duas mulheres por envolvimento em roubo, sendo que um dos criminosos capturados era procurado pela Justiça pelo mesmo crime. A prisão ocorreu no bairro Golfinho, em Caraguatatuba – SP.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Rock News Litoral



## Oito presos por roubo em Caraguatatuba

*Na última sexta-feira (6), a Polícia Militar prendeu seis homens e duas mulheres por envolvimento em um roubo no bairro Cantagalo, em Caraguá. A operação localizou produtos furtados, como fios de cobre, notebook, ferramentas e até uma arma de fogo.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Nova Imprensa  
Diário Caiçara  
Jornal do Litoral  
Agora Vale  
TV Thati



## Incêndio atinge residência no bairro Travessão em Caraguatatuba

*Um incêndio em uma residência no bairro Travessão, em Caraguatatuba, mobilizou o Corpo de Bombeiros no fim da manhã desta sexta-feira (6). Quando a equipe chegou ao local, as chamas já haviam sido controladas por moradores da região.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Diário Caiçara



## GCM prende homem por tráfico de drogas no Perequê Mirim, em Caraguatatuba

*Um homem foi preso por tráfico de drogas na tarde de quinta-feira (5/6), por volta das 16h20, no bairro Perequê Mirim, em Caraguatatuba.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

## Turismo e Esporte

**Veículo**  
Link Vanguarda



Agenda Jazz e Vinhos - Link Vanguarda - 06/05/2025

**Veículo**  
Fala Caragua



## Torneio da Cidade de Futebol de Caraguatatuba chega as oitavas de final neste domingo (8)

*Após quatro rodadas, o Torneio da Cidade de Futebol chega as oitavas de final em Caraguatatuba neste domingo (8), com sete jogos no campo dos Golfinhos e no Centro Esportivo Municipal Ubaldo Gonçalves (Cemug).*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Fala Caragua



## Circuito Mares retorna a Caraguatatuba com provas inéditas e programação gratuita neste fim de semana

*Caraguatatuba recebe neste fim de semana (9 e 10), a 3ª etapa do Circuito Mares 2025 – Etapa Éter, na praia da Cocanha. O tradicional festival multiesportivo reúne provas de águas abertas, aquathlon, corrida rústica, stand-up paddle e paddleboard, e promete movimentar a cidade com cerca de três mil atletas e um público estimado em mais de sete mil pessoas.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Jornal do Litoral



## Caraguatatuba será palco do Pan-Americano de Beach Tennis 2025

*Caraguatatuba foi confirmada como sede oficial do Pan-Americano de Beach Tennis 2025, que será realizado entre os dias 25 e 28 de setembro. Com expectativa de reunir aproximadamente 300 atletas de 18 países, as partidas serão realizadas na recém-inaugurada Arena Nacional, no Serramar Shopping.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

## Clipping Eletrônico

07.05.2025

### Entrevista com a Vereadora, Dra. Lalá para TV Câmara.

Pauta: Desafetação de área destinada para Aquário é aprovada na 14ª Sessão Ordinária



Assista a reportagem completa [aqui](#).